



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Ex.^{ma} Senhora
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Secretário de Estado dos
Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA
Of. n.º 2777
Ent. 4527

SUA COMUNICAÇÃO DE
18.11.2019

NOSSA REFERÊNCIA
P.º 9474/2019
N.º **234**

DATA
27 NOV. 2019

ASSUNTO: Resposta à pergunta 118/XIV/1.^a de 18 de novembro de 2019, do Grupo Parlamentar PCP - Partido Comunista Português (Deputados Ana Mesquita, Diana Ferreira e António Filipe) - Infiltrações de água no Palácio da Justiça de Santo Tirso (Porto).

Em referência ao V. ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.^a a resposta à pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Henrique Antunes

FT/MJP



NOTA

Assunto: Resposta à pergunta 118/XIV/1.ª de 18 de novembro de 2019, do Grupo Parlamentar PCP - Partido Comunista Português (Deputados Ana Mesquita, Diana Ferreira e António Filipe) - Infiltrações de água no Palácio da Justiça de Santo Tirso (Porto).

Os Senhores Deputados Ana Mesquita, Diana Ferreira e António Filipe do PCP questionam, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, o Ministério da Justiça sobre as infiltrações de água no Palácio da Justiça de Santo Tirso (Porto).

- 1. Desde quando tem o Governo identificada a necessidade de realização de obras no Palácio da Justiça de Santo Tirso?*
- 2. Quando vão iniciar as obras urgentes de que as instalações necessitam?*

Às questões colocadas cumpre informar que:

1. O Ministério da Justiça, através do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ, I.P.), tem conhecimento da situação relatada e das necessidades de intervenção no Palácio da Justiça de Santo Tirso.
2. As medidas tomadas no âmbito das instalações dos Tribunais são desenvolvidas em tempo próprio, como exigido pela natureza, extensão e complexidade dos problemas a resolver, necessidade de elaboração de projetos e cumprimentos das formalidades legais de procedimento.

O IGFEJ, I.P., durante o mês de novembro, efetuou uma vistoria à cobertura do Tribunal de Santo Tirso, na qual foi detetado um ponto principal de entrada de água.



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
ADJUNTO E DA JUSTIÇA

Com vista à célere resolução deste problema, foi lançado um procedimento legal para reparação urgente desta entrada de água.

Neste âmbito, importa ainda salientar que entre 2016 e 2019, no que se refere à Comarca do Porto, foram realizadas cerca de 21 intervenções em 12 edifícios com um encargo global na ordem dos 2.000.000 €.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, 26 de novembro de 2019